
Pauta pelo Brasil Soberano – FUP

Rio de Janeiro, 03 de outubro de 2025

Introdução

A categoria petroleira sempre esteve mobilizada na luta em defesa da Petrobrás e da exploração equilibrada do petróleo e gás natural no Brasil, garantindo o desenvolvimento da indústria nacional e a geração de mais e melhores empregos em nosso país. Nossa luta, coordenada pela FUP e seus sindicatos, é também por uma transição energética justa, garantindo energia acessível aos brasileiros e brasileiras a um preço justo e a geração de empregos de qualidade. Para que seja justa, a transição energética no Brasil precisa associar a descarbonização da matriz ao desenvolvimento de uma nova indústria verde, com adensamento produtivo nacional das cadeias de baixo carbono, gerando novos postos de trabalho com maior valor agregado.

Sabemos que os desafios dessa luta são enormes, pois os interesses do capital financeiro de curto prazo têm contaminado a atuação da Petrobrás. Se nos tempos dos primeiros governos do PT (2003 a 2015) a estatal brasileira se consolidou como uma empresa integrada de energia, atuando “do poço ao poste”, com investimentos crescentes em novas fontes de energia, recentemente (nas gestões Temer/Bolsonaro) passou a priorizar a remuneração do capital financeiro, se desfazendo de ativos, diminuindo a produção nacional de petróleo, gás natural e derivados, privatizando o setor de distribuição, forçando a uma abertura de mercado para os importadores de combustíveis, penalizando assim a população com altos preços de derivados, tendo como objetivo central o pagamento de exorbitantes dividendos aos grandes fundos de investimento nacionais e internacionais.

Nos últimos anos, a partir da retomada do terceiro governo de Lula, a Petrobrás vem sendo retomada, aos poucos, voltando a atuar como empresa chave para o desenvolvimento nacional.

Neste sentido, a FUP apresenta a “**Pauta pelo Brasil Soberano**”, uma plataforma construída nos últimos anos e referendada nos encontros da categoria, pontuando temas de interesse do Brasil e da população brasileira. Esse documento soma-se a outros construídos anteriormente, aprovados politicamente pela categoria petroleira, como: “Pauta pelo Brasil” em 2015; a “Carta dos Petroleiros” ao então candidato à presidência do Brasil, Lula, em agosto de 2021; a “proposta da FUP para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil”, após vitória da chapa Lula e Alckmin em 2022; as



FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS



Filiada à



contribuições e presença da FUP no “Gabinete de Transição Governamental” em janeiro de 2023; “cartas aos presidentes da Petrobrás”, Jean Paul Prates em agosto de 2023 e Magda Chambriard em maio de 2024; carta a todos os presidentes das empresas subsidiárias do Sistema Petrobrás em maio de 2024; cartas específicas aos presidentes da Transpetro em maio de 2023, da TBG em janeiro de 2025 e da Pbio em janeiro de 2025; além de encontros, seminários e propostas de intervenção em Planos Estratégicos da Petrobrás.

O papel da Petrobrás para o Brasil

Neste aniversário de 72 anos, a Petrobrás precisa recuperar, paulatinamente, o protagonismo da estatal na indústria nacional. Elencamos abaixo, portanto, as principais propostas dos petroleiros para reconstrução/avanços para uma Petrobrás forte, que volte a atuar “do poço ao poste”, uma “Petrobrás Soberana e para o Brasil”.

1. **Resgate da empresa integrada, com atuação vertical em todo o território nacional.** Para tanto, é necessário o retorno dos investimentos em projetos de longo prazo, em tecnologia, pesquisa e inovação, privilegiando as parcerias com as universidades públicas, bem como a retomada dos investimentos na Universidade Petrobrás. Nesse processo, os investimentos devem ser balizados pelo interesse nacional, e não apenas por suas taxas de retorno e tendo como régua os retornos com os ativos mais rentáveis, oriundos do Pré-sal. Deve resgatar ou fortalecer a atuação em todos os elos da cadeia do setor, como retorno em setores como transporte (Transpetro e TBG), distribuição (BR Distribuidora e Liquigás), comercialização, novas fontes de energia (Margem Equatorial, Campos maduros e/ou terrestres), fertilizantes (Fafens) e petroquímica, além de ampliar os investimentos em refino. Também é importante a retomada dos investimentos sociais, em cultura, meio ambiente e esportes, como forma de contribuir para o desenvolvimento social e cultural da sociedade e recuperar o prestígio da marca da empresa junto aos brasileiros;
2. O Estado brasileiro deve criar as condições para a construção de **uma Petrobrás 100% pública**, em que a União detenha a totalidade do capital social, tendo como foco principal a retomada das ações alocadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Esta situação compromete nossa soberania

energética, pois submete a Petrobrás às leis de outra nação, condição que dificulta a atuação da empresa como indutora do desenvolvimento nacional. A experiência dos governos progressistas, quando a participação da União no capital social da empresa cresceu, mostra que esse caminho é possível e, diante da ganância dos fundos de investimentos internacionais, necessário;

3. É necessário **implementar alterações nas Lei das Estatais (nº 13.303/2016)**, além de retirar os **entraves burocráticos criados no Estatuto e na Governança da própria Petrobrás**, construídos para a privatização da empresa “por dentro”, ampliando a presença de agentes do mercado nas empresas estatais e impedindo que possa exercer sua missão para o povo brasileiro. A gestão da empresa precisa se adequar às novas necessidades operacionais da companhia, atualmente mais descentralizada, respeitando o seu papel social, suas vocações e particularidades regionais dos territórios em que atua, além de evitar excessiva burocratização de processos internos e, com isso, garantir maior tranquilidade para a retomada dos investimentos necessários;
4. A Petrobrás deve criar as condições para **readquirir todos os ativos privatizados** pelas gestões Temer/Bolsonaro, **mantendo 100% da operação destes ativos** – A empresa deve constituir um processo de investigação com ampla participação da sociedade para avaliar as consequências decorrentes da venda dos ativos realizados, com o objetivo de reestatizar o que for possível, principalmente ativos considerados estratégicos para o futuro da empresa e para sua contribuição no crescimento econômico do país. Sendo assim, a Petrobrás deve retomar os ativos privatizados, especialmente as refinarias REMAN, RLAM, RPCC e SIX, as unidades estratégicas no transporte de gás natural TAG, NTS e NTN, os vários campos de exploração de petróleo e gás, as empresas de comercialização e distribuição de derivados (BR Distribuidora e Liquigás), entre outras;
5. **Atenção ao parque de refino e abastecimento nacional** – é estratégico para a Petrobrás e para o Brasil expandir a capacidade de refino nacional, com o parque sob controle da Petrobrás, de modo a garantir o abastecimento do país. Este processo ganha relevância com a proposta de priorizar a exportação de derivados e não de óleo cru, gerando mais e melhores empregos para o povo brasileiro. Além disso, é preciso **modernizar e adequar todas as refinarias da Petrobrás** para

o processamento e coprocessamento de matérias-primas renováveis;

6. **No setor de fertilizantes** – é preciso que o Brasil retome e fortaleça a produção nacional de fertilizantes, com a Petrobrás atuando como protagonista, para reduzir a dependência externa e garantir a soberania, segurança alimentar e energética do país. É preciso **reativar as fábricas da Petrobrás que foram desativadas ou vendidas**, como a FAFEN-BA (Bahia), FAFEN-SE (Sergipe), terminar as obras da UFN-III (Três Lagoas, MS) e garantir que a ANSA (Paraná) possa retornar à operação com segurança operacional. Em todos os casos, mantendo 100% da operação. Além disso, é preciso ampliar **investimentos em novas fábricas** para reduzir nossa dependência externa em fertilizantes. Neste sentido, o gás natural extraído do Pré-Sal não deve ser majoritariamente exportado, mas sim usado internamente para industrializar o país, incluindo a produção de fertilizantes e criando uma cadeia integrada: Pré-Sal → Gás Natural → Fertilizantes Nitrogenados → Agricultura → Segurança Alimentar;
7. **A Petrobrás deve avançar em uma política de preços justos para os combustíveis** – continuar adotando como parâmetro para definição dos preços, não só o mercado internacional, mas também os custos e a sustentabilidade da indústria. Com base na experiência dos governos do PT, entendemos que o gás de cozinha, a gasolina e o óleo diesel devem ter tratamento diferenciado, devido à importância destes itens no custo de vida da família brasileira. A implantação de um estoque regulador de derivados; a criação de um imposto sobre exportação de petróleo cru, de modo a capitalizar um fundo moderador dos preços de derivados, com a participação da sociedade e dos trabalhadores na gestão e a retomada das empresas de distribuição de derivados (BR Distribuidora e Liquigás) são fundamentais;
8. **A Petrobrás deve ser a líder na transição energética justa brasileira** – Para tanto, é preciso revitalizar o programa de biocombustíveis, com a preservação e o fortalecimento da PBio (Petrobrás Biocombustíveis) como comercializadora e integrando a produção de biocombustíveis a holding. É necessário avançar na descarbonização, maior eficiência energética em toda a cadeia produtiva, assim como o investimento em pesquisas para o desenvolvimento de novas rotas

tecnológicas, como o hidrogênio verde. Ainda sobre o tema da transição energética, entendemos que a produção de energia elétrica por meio de termoeletricas a gás natural será uma necessidade do país nos próximos anos. A perspectiva de barateamento do gás natural no curto/ médio prazo amplia essa oportunidade. Promover e incentivar a diversidade da Matriz energética dentro da Petrobrás, (reservando orçamento para tal) com o foco na produção de energia limpa e alternativa, utilizando estudos e tecnologias desenvolvidos pela Petrobrás, fortalecendo o papel desta como promotora da transição energética justa e equitativa. Para isso, deve garantir a criação de um espaço permanente de diálogo e participação dos trabalhadores na construção e acompanhamento da implementação dessa estratégia, com objetivo de assegurar instrumentos de preservação do nível de emprego e requalificação da força de trabalho para que esta transição seja realmente “justa”;

9. A Petrobrás deve retomar sua **política exploratória ativa e própria, com expansão para novas fronteiras e investimentos nos campos maduros, preocupada com a recuperação das reservas** da companhia no longo prazo, porém respeitando a legislação e parâmetros ambientais. A busca por novas fronteiras deve incluir tanto o potencial da Margem Equatorial, quanto o potencial exploratório das bacias *offshore* de Pelotas e da Margem Leste, e das bacias *onshore* na região Nordeste do Brasil. Ademais, deve **garantir o controle operacional com o fim dos afretamentos de plataformas de produção**, substituindo por plataformas próprias, além da construção de navios para a renovação da frota própria da Transpetro;
10. **Conteúdo Nacional** – Deve **ampliar e incentivar uma política de conteúdo local**, principalmente na construção de navios para a renovação da frota própria da Transpetro. É preciso definir uma política de conteúdo local/nacional mínimo pelo Governo Federal, com exigência de percentuais factíveis e por nicho, para que as empresas possam investir, contratar mais trabalhadores e gerar riqueza em todo o território nacional;
11. **A Petrobrás precisa ampliar seus investimentos em responsabilidade social** – É importante a **retomada e ampliação dos investimentos sociais, em cultura, meio ambiente e esportes**, como

forma de contribuir para o desenvolvimento social e cultural da sociedade e recuperar o prestígio da marca da empresa junto aos brasileiros. Antes de tudo, diante das frequentes catástrofes ambientais no país, a Petrobrás deve intensificar os investimentos e atuação na preservação, mitigação e **recuperação das localidades afetadas pelos efeitos do aquecimento global sobre o clima**. É preciso ainda resgatar programas sociais anteriores como o MOVA Brasil e os projetos ambientais como o Projeto TAMAR, por exemplo, fortalecendo os editais Petrobrás Socioambiental e Petrobrás Cultural, em busca de maior capilaridade na sociedade e participação de organizações populares. A Petrobrás deve, ainda, atuar junto aos movimentos sociais para viabilizar soberania alimentar (ex. hortas comunitárias e cozinhas solidárias) e apoiar a organização de cooperativas para viabilidade de alternativas à soja para produção de biodiesel em parceria com a Pbio;

12. **Distribuição da Riqueza Gerada** – O aumento da Riqueza Gerada pelo Sistema Petrobrás não pode gerar um aumento da desigualdade entre a proporção do que é pago em dividendos aos seus acionistas e o que é destinado aos trabalhadores. A Petrobrás deve reverter toda a produtividade gerada pelos trabalhadores (as), de forma compartilhada, em melhorias das condições de trabalho e da qualidade de vida dos empregados, sejam eles próprios ou prestadores de serviço. Para isso, deve criar ações concretas, tais como: ergonomia; saúde mental; redução da jornada; capacitação profissional; aumento dos concursos públicos; retomada e avanços nos direitos do Acordo Coletivo de Trabalho; unificação do Plano de Cargos e Salários; resolução dos PEDs (Plano de Equacionamento do Déficit da Petros); e/ou outros programas que contribuam para a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Além disso, deve ser usado na reversão de danos ambientais, na recuperação de áreas degradadas, proteção da biodiversidade e descarbonização da produção; apoio a comunidades afetadas; e investimento em tecnologias de energia limpa e renovável que possam acelerar a transição energética do setor;

13. **Cultura organizacional unificada em um “Sistema Petrobrás”** – Incentivar a integração e participação dos trabalhadores na busca por melhorias de processos e resultados coletivos e que considere a diversidade como uma vantagem para alcançar resultados que considerem a



FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS



Filiada à



pluralidade da sociedade brasileira. Além de promover o combate ao trabalho precário, valorizando os prestadores de serviço através de uma política de licitação, garantindo condições de trabalho, benefícios e remuneração correspondentes ao Sistema Petrobrás. A existência de diversas empresas não pode limitar a contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras a cada uma. Entendemos que somos todos petroleiros e petroleiras e que deve ser incentivada a **circulação dos trabalhadores e trabalhadoras dentro do Sistema**, seja através de cessões ou até mesmo em seleção via concurso único. Várias atividades já existentes em separado dentro do Sistema poderiam ser transformadas em centros únicos de especialidades.

Federação Única dos Petroleiros
Direção Colegiada